

CRISE NA ESCOLA, CRISE NO ENSINO DA LEITURA? UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE LEITURA FEITOS NOS 20 PRIMEIROS ANOS DE COLE.

CLAUDIA CRISTINA DOS SANTOS ANDRADE (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO).

Resumo

Há muito que se enfatiza, nas discussões sobre a educação no Brasil, a crise no ensino da leitura. Desde a idéia de que o analfabetismo era a chaga nacional, nascida da década de 1950 (FÁVERO, 2003), até a divulgação alarmista dos índices do PISA nos últimos anos, a crítica sobre ao papel da escola perpassa o fracasso em se formar leitores no país. O presente trabalho realiza uma análise dos discursos de abertura dos Congressos de Leitura do Brasil, proferidos entre 1978 a 1999, com o objetivo de mapear a ideia de crise na leitura e como os autores a relacionam com a ideia de crise na escola. Pode ser verificado que, se em alguns momentos a pesquisa na área de leitura busca compreender a prática escolar, em outros o foco se volta para os elementos estruturais da linguagem e sua relação com a sociedade, em um caminho de pesquisa que tem apontado novos horizontes teóricos, na direção da percepção da multiplicidade de formas de leitura, dos sentidos e dos objetos de leitura. Desta forma, nos encontramos com um panorama das diferentes maneiras como a questão da leitura no Brasil foi encarada pelas mais diversas áreas, pelos mais diversos estudos, e como essa discussão se aproxima da escola.

Palavras-chave:

LEITURA, CRISE, ENSINO.

"Ler é reescrever o texto da obra dentro do texto de nossas vidas" Roland Barthes

Debruçar-me sobre este trabalho foi, de certa forma, rememorar minha formação, sobre os discursos que me constituíram como professora de leitura e escrita. Graduei em Letras, Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1988, mas, desde então, passei a me ocupar do ensino da leitura e da escrita, desde a alfabetização até a produção textual em cursos de Graduação. Percebi que minha militância, revelada na intenção de formar leitores e escritores, me levaria a constituir uma prática que fosse voltada para os anos iniciais do Ensino Fundamental, eixo em que me especializei em estudos posteriores.

Trago minha história de formação porque ela foi chamada ao trabalho no momento em que o reví, em que reli os textos aqui analisados, levando-me a compreender a importância dos Congressos de Leitura do Brasil (COLE) em minha história como professora e pesquisadora. É preciso ressaltar que, no panorama da pesquisa em educação no Brasil, o COLE assume um papel fundamental, pois agrega os relatos da prática aos resultados de pesquisa e reflexões de pesquisadores. A própria estrutura dos encontros revela que o congresso já, há muito, indica a relação entre o problema da leitura no Brasil e as questões pelas quais passa a escola, o que serviu como mais um motivador para pensar que relações foram estabelecidas em discursos sobre a leitura proferidos nos 20 primeiros anos de COLE, em especial as que sinalizam a aproximação da discussão sobre a leitura com as questões enfrentadas na prática pedagógica.

1. O eixo de análise

Há muito que se enfatiza, nas discussões sobre a educação no Brasil, a crise no ensino da leitura. Desde a idéia de que o analfabetismo era a chaga nacional, nascida da década de 1950 (FÁVERO, 2003), até a divulgação alarmista dos índices do PISA, a crítica ao papel da escola perpassa o fracasso em se formar leitores no país. A partir desta constatação realizo, neste trabalho, uma análise dos discursos sobre leitura proferidos nos Congressos de Leitura do Brasil, entre 1978 a 1999, com o objetivo de mapear a idéia de crise na leitura e como os autores a relacionam com a crise na escola. Pode ser verificado que, se em alguns momentos a pesquisa na área de leitura busca compreender a prática escolar, em outros o foco se volta para os elementos estruturais da linguagem e sua relação com a sociedade, em um caminho de pesquisa que tem apontado novos horizontes teóricos, na direção da percepção da multiplicidade de formas de leitura, dos sentidos e dos objetos de leitura. Desta forma, nos encontramos com um panorama das diferentes maneiras como a questão da leitura no Brasil foi encarada pelas mais diversas áreas, pelos mais diversos estudos, e como essa discussão se aproxima da escola.

A língua diz aquilo que resulta da interação entre o texto e o leitor. Caminhando por esta abordagem, vamos pensar o texto e suas implicações pela ótica da análise do discurso, que levanta aspectos que iluminam esta interação. Eni P. Orlandi (1996) considera que a leitura é produzida, incluindo nesta produção tanto o emissor quanto o receptor da mensagem. O texto tem, portanto, caráter de incompletude, em que, pelo diálogo entre os interlocutores, o sentido se instala. Orlandi não diferencia o momento da produção do momento da recepção do discurso. Isso porque, ao escrever, o autor tem instalada a figura de um leitor virtual e esse leitor que já dialoga com o autor no momento da escrita, entrará em confronto com o leitor real, nascendo, desta tensão, o sentido.

Portanto, as condições de legibilidade de um texto não se resumem a questões gramaticais e de coesão internas, mas se relacionam com formações discursivas e ideológicas com funcionamentos discursivos que se definem em outros espaços, ultrapassando o propriamente lingüístico (ORLANDI, 1996). O texto em si já traz, portanto, sujeitos em diálogo. Como nos acrescenta Certeau, "prática da perda da palavra, a escritura só tem sentido fora de si mesma, num lugar outro, o do leitor, que produz com a sua própria necessidade indo ela mesma para esta presença que não poderia ganhar." (1996, p.299)

Nesta direção, compreendo a determinação histórica dos sentidos, que não se faz de forma unidirecional, já que há sujeitos, e portanto, espaço para o contraditório e a polissemia. Orlandi (1999) explicita a possibilidade de crítica ao discutir o trabalho do analista, que ao se colocar nos limites da interpretação pelos processos de produção dos sentidos, pode atravessar a transparência da linguagem, o efeito de literalidade e a onipotência do sujeito. Ou seja, Orlandi parece nos dizer que o conhecimento das condições de produção permite o desvelamento da ideologia, quando o analista trabalha a partir do deslocamento, verificando a historicidade dos processos, que só se opera pelo conhecimento dos mecanismos propiciadores do falso consenso, ou seja, da ideologia.

Fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação. De seu lado, o analista encontra, no texto, a pista dos gestos de interpretação, que se tecem na historicidade. Pelo seu trabalho de análise, pelo dispositivo que constrói, considerando os processos discursivos, ele pode explicitar

o modo de produção de constituição de sujeitos e de produção dos sentidos. (Orlandi, 1999: 68)

O saber, o conhecer mais profundamente a linguagem (nas suas diferentes materialidades), seus mecanismos de construção, como dispositivo de crítica, extraído da discussão de Orlandi, amplia o quadro de possibilidades delineado por Bakhtin(1997), que crê na polifonia inerente à linguagem como fonte de sentido e relativização ideológica. Porém, para o autor, tal possibilidade ocorreria, talvez mais completamente, nos momentos de crise, fora dos quais haveria a imposição ideológica.

Neste estudo, corro o risco de uma análise mais comprometida do que o desejável, pela proximidade dos textos analisados com minha história de formação. Porém, compreendendo a necessidade do distanciamento como forma de garantir uma visibilidade dos processos de produção menos contaminada pela minha história, traço a análise dos discursos guiada pelo conceito de crise, buscando um deslocamento que garanta a tarefa.

2. Crise na leitura, crise na escola?

Discutir caminhos de acesso e fomento da leitura é o grande objetivo dos Congressos de Leitura promovidos pela ALB, pensado em torno de diferentes atores e propostas. A leitura é tida como objeto de investigação e de preocupações, que circulam principalmente em torno da chamada crise de leitura na sociedade, que se confunde, em muitos momentos, com a crise da escola. A observação de que a escola não estaria formando leitores, mas "analfabetos funcionais" (Perini in Abreu, 1995:107), de certa forma, ainda permeia as análises que se fazem sobre a educação no país.

Um exemplo da aplicação da ideia de crise de leitura associada à crise da escola encontra-se no texto introdutório dos Parâmetros Nacionais de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental(1997). Lá, a análise feita considera como sendo desta área, Língua Portuguesa, grande parte da responsabilidade pelo fracasso escolar, baseada nos alarmantes "índices brasileiros de repetência nas séries iniciais - inaceitáveis mesmo em países muito mais pobres - (que) estão diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever" (p.19). Esta dificuldade estaria expressa nos mais diferentes níveis de ensino e teria ocasionado, nos últimos dez anos, um "grande esforço de revisão das práticas tradicionais de alfabetização inicial e de ensino de Língua Portuguesa" (BRASIL, 1997, p.19)

Dentro dessa discussão, Soares(2003) aponta, com base nos dados do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional INAF-2001, que, se por um lado há uma relação entre os índices de alfabetismo e a escolarização, por outro há o avesso dos dados, que negam esta relação, como os 42% dos que têm entre onze e catorze anos de escolaridade e não atingiram o nível 3 de alfabetismo, ou seja, não alcançaram as competências letradas que constituem o mínimo estabelecido para a educação básica. Desta análise podemos constatar que a escolarização não resolve o problema da leitura para quase metade dos que concluem o Ensino Médio, ou seja, a escola parece não estar atingindo seus objetivos mesmo quando os sujeitos permanecem no sistema de ensino.

A ideia de crise, e conseqüentemente a reflexão sobre suas causas e possibilidades de superação, tem permeado estudos de lingüistas, psicólogos, pedagogos, sociólogos, entre outros. Para acompanhar este debate nas últimas duas décadas escolhi como mostra discursos proferidos nos COLE os textos coletados por Márcia

Abreu (1995) no livro "Leituras no Brasil - Antologia Comemorativa pelo 10o. Cole" e a apresentação temática do encontro de 1999.

A coletânea de Abreu nos fornece um panorama interessante das diferentes maneiras como a questão da leitura no Brasil foi encarada pelas mais diversas áreas, pelos mais diversos estudos, na voz de representantes de diferentes correntes. Trata-se de uma antologia de pronunciamentos realizados nos nove primeiros Congressos de Leitura do Brasil, que cobre dezoito anos de estudos sobre a leitura e guarda a marca da crise da leitura que angustia professores dos mais variados níveis de ensino e de diferentes disciplinas.

Em 1978, a palestra de Osakabe discute o acesso ao mundo da escrita, apontando diferenças em relação ao mundo da oralidade. Aqui, a distinção se faz pela "tendência ao monólogo que caracteriza a escrita - sobretudo a escrita do texto impresso - e pela tendência a favorecer a difusão" que fazem da escrita um mundo ao qual se deve ser iniciado. Ler e escrever para Osakabe seria ter a possibilidade de construir seu próprio discurso. Dentro de sua visão, localizamos a crise no fato de tal competência (construção do seu próprio discurso) ser negada pela escola ao aluno, já que ela apostaria na harmonização e na homogeneização de discursos. O autor discute a diferença do significado de estar alfabetizado para as classes menos favorecidas e para as mais favorecidas, onde para aqueles a alfabetização teria um significado mais pragmático. Porém, atribui a todas as classes o caráter produtivo inerente ao "ser alfabetizado" , e, apesar das diferenças de significado que possa ter para cada grupo social, alcançar o próprio discurso estaria além do que a escola oferece.

O discurso denunciador da crise pensa as relações políticas entre escola, leitura e sociedade e permanece nos pronunciamentos que acontecem nos encontros seguintes. Ezequiel Teodoro da Silva, em 1979, vê a crise na "lei-dura da leitura" imposta pela sociedade, que, por um conjunto de restrições "impede a fruição da leitura por milhões de leitores em potencial" (p.23). Aqui a crise ganha abrangência, dentro da linha do "discurso-denúncia" onde as razões da crise estariam calcadas na sociedade em geral, incluindo a escola e os pesquisadores, impedidos de contribuir positivamente para a democratização do acesso ao livro por mecanismos de alienação e controle.

Também Paulo Freire, em um de seus mais belos discursos "A importância do ato de ler" proferido em 1981, enxerga a crise nos mecanismos de alienação presentes na sociedade, mas contrapõe a estes mecanismos uma proposta de transformação social onde a leitura "mais crítica da 'leitura' anterior, menos crítica, do mundo, possibilitaria aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente da sua indigência" (p.45), concluindo que "é nesse sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se em um processo de alfabetização e associada sobretudo a certas práticas claramente políticas, de mobilização e organização, pode constituir-se em um instrumento que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica"(Freire in Abreu,1995, p. 45-46)

A contribuição valiosa de Paulo Freire garante ao debate sobre a crise da leitura um salto de qualidade, saindo do nível da denúncia e da constatação para um movimento de análise que busca a definição do papel da escola e os caminhos de superação da crise, pela transformação da própria escola, calcada em novos eixos teóricos.

Com isso, em 1983, a mesa redonda composta por Magda Becker Soares, Ligia Chiappini Moraes Leite, Eni Pulcinelli Orlandi e Miriam Lemle, "Comunicação e Expressão: o ensino da leitura", propõe-se a pensar, mais profundamente, a

relação entre leitura e escola. Pelas quatro falas perpassa a idéia de leitura como instrumento de transformação. O texto gerador, escrito por Magda Soares, traz como reflexão as diferentes concepções de leitura das diferentes classes: enquanto as classes populares teriam uma visão pragmática da leitura, as classes dominantes veriam a leitura como forma de fruição. Indica, então, a necessidade de se pensar nas condições de produção da leitura, tal como proposto por Orlandi. De certa forma, Magda Soares se aproxima de Osakabe, mas contribui para se pensar mais efetivamente o papel da escola. Ligia Chiappini, ao se contrapor à Soares, percebe possibilidade de resistência e transformação, quando a escola busca, a partir de suas contradições, "viabilizar o conhecimento da cultura dominante, pelas classes populares, sem mitificação, possibilitando assimilar crítica e antropofagicamente os valores literários e outros" (p.55). Assim, recoloca o valor da escola onde a leitura é vista como instrumento de transformação. O debate prossegue com o discurso de Orlandi que mantém e aprofunda a posição de Soares, ao dizer que "há formas diferentes de conhecimento: legítimas e não-legítimas (o que equivale a dizer legitimadas ou não pelo poder dominante). Quando se adere ao conhecimento legítimo, se desconhece a luta de classes, a luta pela validade das diferentes formas" (p.61). Aposta na valorização e na construção de diferentes histórias de leitura propondo "1º que se considere que a leitura é produzida e 2º que se atente às suas condições de produção. Essas condições certamente serão diferentes, não só em relação às diferenças de classe social, às diferenças ideológicas, mas de histórias pessoal e de grupo etc..." (p.68)

Se a análise da crise de leitura começa, nos textos analisados, por atribuir a culpa à sociedade em geral e à escola em particular, neste momento o debate aprofunda-se politicamente, buscando as razões sociais e culturais em suas raízes, colocando-se entre as possibilidades da escola a incorporação dos valores, ora das classes mais favorecidas, ora das classes populares. Se, por um lado, o debate localiza a tensão, por outro, já aponta caminhos.

No 5º Congresso de Leitura, a discussão volta-se para a reflexão sobre a gramática, a língua e a leitura, ficando o estudo sobre o papel da escola em segundo plano. Possenti estuda as várias concepções de gramática e língua, observando o caráter excludente presente em algumas expressões. Já Regina Zilberman, em 1987, discute com Magda Soares, Mary Kato, Mário Alberto Perini e Marisa Lajolo, a necessidade de se pensar a leitura de uma forma interdisciplinar, dada sua complexidade, e suas implicações para a metodologia do ensino. Literatura, cognição, gramática e política são eixos dessa discussão, que tenta "pensar a questão da leitura em uma perspectiva interdisciplinar, com o objetivo mais amplo de, a partir daí, extrair algumas propostas de uma nova pedagogia da leitura em sala de aula"(p. 83). Novamente, em uma mesa redonda, a teoria serve como reflexão para a prática pedagógica, e a crise se situa na escola.

No encontro seguinte, as políticas públicas de promoção da leitura são debatidas - a superação da crise é vista como objeto de preocupação não só da escola, mas de toda a sociedade, apesar da escola ser o objetivo de muitos projetos desenvolvidos (Ciranda de Livros, Salas de Leitura, entre outros).

Nos dois últimos pronunciamentos publicados no livro, de Moacir Scliar, em 1991, e de João Wanderley Geraldi, em 1993, um contraponto: enquanto o primeiro avalia a importância a leitura literária como função educativa, a partir de sua própria história de leitura, o segundo denuncia a crise de leitura dentro da crise social, utilizando a literatura como forma de expressão.

Assim, nos diferentes pronunciamentos ao longo dos dezoito anos de cobertura a que se propõe Márcia Abreu, a crise da leitura é assunto recorrente, que ora se

localiza dentro da escola, ora na sociedade, em um movimento de idas e voltas. Em alguns momentos, a pesquisa na área de leitura busca compreender a prática escolar, em outros, os elementos estruturais da linguagem e sua relação com a sociedade. Porém, o que parece é que toda essa reflexão tem demorado a chegar "ao chão da escola".

A pesquisa trilha seu caminho em busca de novos horizontes teóricos, como as discussões suscitadas no COLE, realizado em 1999, cujo título resume bem "Múltiplos olhares, múltiplas leituras: afinal, o que se lê?", apontando para a percepção da multiplicidade de formas de leitura, dos sentidos e dos objetos de leitura. O que ainda precisamos pensar é como fazer chegar na práxis escolar, formas interessantes, envolventes, de se pensar esta multiplicidade e o papel do leitor na constituição do objeto leitura, de forma a lidar com as contradições que surgem do confronto, que se dá em sala de aula, entre as diferentes visões de mundo Ou seja, fazer do ato que se supôs há muito, individual, uma prática de reflexão coletiva, uma conversação, como nos disse Hèbrard na abertura deste 17º. COLE e que nos remeteu à idéia de experiência traçada por Benjamin.

Por outro lado, é importante construir um discurso teórico em diálogo mais próximo da prática, que dela nasça e a ela retorne, movimento que o COLE tem buscado suscitar.

Referências:

ABREU, Márcia (org.) Leituras no Brasil. Antologia Comemorativa pelo 10º COLE. Campinas, Mercado de Letras, 1995.

BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochinov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. 8a. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1997.

BRASIL.MEC Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis, Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. A Linguagem e seu Funcionamento. As Formas do Discurso. Campinas, Pontes Editora, 1996.

ORLANDI, Eni P. Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2ª ed., Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso. Princípios e procedimentos . Campinas, Pontes, 1999.

